

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA CECÍLIA FERNANDES

EDUCAÇÃO AMBIENTAL
EXIGÊNCIAS DOS PROGRAMAS E A IMPORTÂNCIA NOS MUNICÍPIOS: O
CASO DO MUNICÍPIO DE GARÇA/SP.

CURITIBA

2018

ANA CECÍLIA FERNANDES

EDUCAÇÃO AMBIENTAL
EXIGÊNCIAS DOS PROGRAMAS E A IMPORTÂNCIA NOS MUNICÍPIOS: O
CASO DO MUNICÍPIO DE GARÇA/SP.

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do título Especialista MBA em Gestão Ambiental no curso de pós-graduação em Gestão Ambiental, Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre França Tetto

CURITIBA
2018

Aos meus pais e meu marido Rafael que sempre me apoiaram e incentivaram ao longo dessa gratificante e importante jornada.

RESUMO

Os programas de educação ambiental realizados nos municípios são de grande relevância para a sociedade uma vez que incluem as pessoas em objetivos de interesse comum. O momento atual exige ações que evidenciam a importância da conservação dos recursos naturais, bem como, a conscientização das gerações futuras em relação a esse tema. Nesse sentido, esse trabalho teve como objetivo, apresentar um estudo com base em revisão de literatura sobre a educação ambiental nos municípios brasileiros e um estudo de caso na cidade de Garça/SP. A revisão de literatura tem base em publicações oficiais (leis), publicações acadêmicas (teses e estudos publicados) e publicações em órgãos governamentais (Ministérios da Educação e do Meio Ambiente) que permitem ao leitor entender o contexto do tema. O estudo aplica esse conteúdo em um projeto realizado na cidade de Garça/SP que foi aprovado como município referência por estar realizando projetos que melhoraram o ambiente e conscientizam as próximas gerações sobre a sua importância. A discussão sobre o assunto tem relação com o fato do Brasil nas últimas décadas ter avançado as fronteiras em regiões remotas destruindo recursos naturais para realizar empreendimentos agropecuários. O Governo instituiu leis para controlar e incentiva a criação de programas, contudo, ainda existe espaço para que muitas ações sejam realizadas e assim o ambiente receba da sociedade os cuidados necessários. Conclui-se que esses programas são importantes para envolver a sociedade nesse tema que na verdade é de interesse coletivo.

Palavras chave: Ambiente. Projetos de educação ambiental. Qualidade de vida.

ABSTRACT

The environmental education programs carried out in the municipalities are of great relevance to society since they include people in objectives of common interest. The current moment demands actions that highlight the importance of the conservation of natural resources, as well as the awareness of future generations in relation to this theme. In this sense, this study aimed to present a study based on literature review on environmental education in Brazilian municipalities and a case study in the city of Garça / SP. The literature review is based on official publications (laws), academic publications (theses and published studies) and publications in government agencies (Ministries of Education and the Environment) that allow the reader to understand the context of the theme. The study applies these contents in a project carried out in the city of Garça / SP, which was approved as a reference municipality for carrying out projects that improved the environment and made the next generation aware of its importance. The discussion on the subject is related to the fact that Brazil in recent decades has advanced the frontiers in remote regions destroying natural resources to carry out agricultural enterprises. The Government has instituted laws to control and encourage the creation of programs, however, there is still room for many actions to be taken and the environment receives the necessary care from society. It is concluded that these programs are important to involve the society in this subject that in fact is of collective interest.

Keywords: Environment. Environmental education projects. Quality of life.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 OBJETIVOS.....	11
2.1 OBJETIVO GERAL.....	11
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS.....	12
3.1 LEGISLAÇÃO.....	12
3.2 CARACTERIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	13
3.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.....	14
4 ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE GARÇA/SP.....	18
4.1 FERRAMENTAS PARA OPERACIONALIZAR O PROCESSO.....	18
4.2 O CASO DE GARÇA/SP.....	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	28

1 INTRODUÇÃO

Esse estudo teve como tema a educação ambiental – exigências dos programas e a importância nos municípios. Nesse sentido, propôs uma reflexão sobre temáticas ambientais no âmbito municipal e como o programa “Sala Verde” pode colaborar para o aumento da conscientização e do engajamento da sociedade nessas questões.

Para construção desse estudo foi definido como objetivo geral – apresentar conteúdos que enfatizem a educação ambiental nos municípios, para isso, esse objetivo está apoiado nos seguintes objetivos específicos: definir e caracterizar o programa, apresentar ações de conscientização realizáveis e estudar a aplicabilidade no município de Garça/SP.

A metodologia utilizada é a revisão de literatura com base em publicações acadêmicas dos anos de 1981 a 2018, sendo 3 leis (1981, 1999 e 2000), 2 conteúdos de sites governamentais (MEC e MMA), 7 artigos acadêmicos, 2 conteúdos do site da Prefeitura Municipal de Garça/SP e 2 dissertações com temas relacionados. A partir da leitura e seleção de citações desses conteúdos construiu-se um texto que reflete uma linha de pensamento sobre o assunto e permite ao leitor entender conceitos e aplicações do contexto.

As questões ambientais no Brasil vêm sendo debatidas com maior intensidade há pelo menos 3 décadas. A partir dos anos 80 com o avanço da colonização da região centro-oeste e com a abertura de frentes agropecuárias, a acelerada destruição de recursos naturais para disponibilizar grandes extensões de terra para plantio de grãos e criação de animais (principalmente bovinos) fez com que o ambiente sofresse impactos que precisavam ser controlados. Esse controle começa com a publicação de leis voltadas para esse tema e um processo de participação da sociedade em ações simples, mas, que pretendem conscientizar a respeito do zelo pela natureza.

Esse processo de conscientização exigiu a instituição de programas, dentre eles, o “Sala Verde” que é planejado e implementado em municípios com o objetivo primordial de conscientizar futuras gerações a respeito do ambiente e certificar municípios de forma que sejam engajados no processo de melhoria das condições ambientais.

2 OBJETIVO

2.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar um estudo com base em revisão de literatura sobre as exigências do programa de educação ambiental em municípios brasileiros, tendo como estudo de caso, um projeto realizado na cidade de Garça/SP.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos do trabalho foram:

- A. Definir e caracterizar o programa de educação ambiental;
- B. Apresentar ações de conscientização que podem ser realizadas nesse programa;
- C. Estudar a aplicabilidade no município de Garça/SP.

3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS

3.1 LEGISLAÇÃO

A questão da educação ambiental nos municípios é regulada por leis que possibilitam o entendimento e a aplicação do programa. Nesse sentido, o Brasil tem leis que definem os limites da ação do Poder Público nesse assunto.

Na Lei 6.938/81 que “dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências” apresenta-se uma Política Nacional de Meio Ambiente em um período da história do Brasil que novas fronteiras estavam sendo abertas e uma devastação acelerada de florestas. No artigo 2º dessa lei o Governo delimita as ações que pretende realizar:

Esses princípios foram decisivos em um momento da história que o agronegócio do Brasil avançava em regiões remotas delimitadas atualmente como centro oeste e norte. Esse avanço foi importante para a economia brasileira porque gerou inúmeras oportunidades de negócios, contudo, no ponto de vista ambiental provocou danos irreversíveis que poderiam ter sido ainda piores se não houvesse leis para regular esse cenário.

Alguns anos mais tarde, a Lei 9.795/99 “dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”, observa-se um avanço em relação à lei anterior que demonstra uma crescente atenção do Estado brasileiro em relação ao tema.

No seu artigo 1º conceitua educação ambiental da seguinte forma: “entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.”

No seu artigo 2º aprofunda-se no sentido de envolver a sociedade no processo a partir do seguinte: “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.”

A iniciativa é válida e oportuna porque dá atenção ao tema e inicia um processo de conscientização da sociedade por meio da educação, mesmo que os resultados não sejam os plenamente esperados, pelo menos, têm-se um caminho para trilhar definido pelo Governo.

Alguns anos depois, a Lei 9.985/2000 avança ainda mais nesse tema instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) que tem um papel efetivo no controle das questões ligadas a educação ambiental de forma mais prática.

Observa-se que o Poder Público brasileiro avança em leis para conter a devastação dos recursos naturais que se torna uma realidade que precisa ser contida. No artigo 4º determina os objetivos.

Com base nas leis 6.938/81, 9.795/99 e 9.985/2000 o Poder Público do Brasil estabelece normas para regular, fiscalizar e agir efetivamente nas questões ligadas a educação ambiental.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A legislação considera a educação ambiental como parte inseparável da educação, devendo estar inserida de forma permanente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, seja formal - desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições públicas e privadas, ou não-formal - ações práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do ambiente. Esta Lei instituiu, também, a Política Nacional de Educação Ambiental, fornecendo as linhas de ação e as formas de executá-las, tendo o mérito de reconhecer, na esfera legislativa, à importância de inserir a questão ambiental dentro da educação como estratégia de promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil. Um dos principais objetivos da educação ambiental consiste em permitir que o ser humano compreenda a natureza complexa do meio ambiente resultante de suas interações, levando-o a promoverem uma ação reflexiva e prudente dos recursos naturais, satisfazendo as necessidades da humanidade. A educação ambiental deve, assim, favorecer uma participação responsável nas decisões da melhoria da qualidade do meio natural, social e cultural (HAMMES, 2018).

Segundo Hjort; Pujarra e Moretto (2016) o termo “gestão ambiental” surgiu

através da premissa do desenvolvimento sustentável, como uma forma de administrar os recursos naturais e as atividades dentro de processos de bens e serviços. As políticas de gestão ambiental foram criadas pela necessidade de se elaborar metas e objetivos para alcançar a sustentabilidade, além de criar um compromisso estatal e empresarial, ou seja, implementar as leis de forma prática para que o tema tenha resultados significativos produzidos.

No mesmo sentido, Huller (2010) explica que a gestão ambiental municipal pode ser entendida como um processo político administrativo que atribui ao Poder Público Local, tanto na esfera executiva como na legislativa, e com a participação da sociedade civil organizada a função de formular, implementar e avaliar as políticas ambientais expressas em planos, programas e projetos, no sentido de ordenar as ações do município, em sua condição de ente federativo, para assegurar a qualidade ambiental como fundamento da qualidade de vida dos cidadãos, em consonância com os postulados do desenvolvimento sustentável a partir da realidade e das potencialidades locais.

De acordo com Macedo (2009) a educação ambiental não está vinculada à transmissão de conhecimentos sobre a natureza, mas sim à possibilidade de ampliação de participação política dos cidadãos. Nela está inserida a busca da consolidação da democracia, a solução dos problemas ambientais e melhor qualidade de vida para todos. Ela busca estabelecer nova aliança entre a humanidade e a natureza, desenvolver nova razão que não seja sinônimo de autodestruição, exigindo o componente ético nas relações econômicas, políticas e sociais. Portanto, é condição *sine qua non* na educação ambiental o diálogo entre gerações e culturas em busca da cidadania brasileira e planetária. A educação ambiental, assim, está empenhada na realização do seu projeto de estabelecer uma sociedade mais justa para todos.

3.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Segundo MEC (2007) os princípios da educação para sociedades sustentáveis e responsabilidade, onde a educação é um direito de todos. Onde a educação ambiental é individual e coletiva onde o propósito de formar cidadão com consciência e estimular a solidariedade, igualdade e respeito aos direitos humanos.

Hammes (2018) explica que além abordar aspectos teóricos, analisa também os seguintes temas:

Estudo do meio

Percurso em trilhas (caminhos) em áreas rurais dos municípios, reconhecendo características do meio físico, reservas florestais ou áreas agrícolas do meio do campo.

Jardim multifuncional

Espaço da escola onde é instalada uma infra-estrutura de apoio a atividades como: posto meteorológico, plantio de hortas, pomares, canteiros de plantas medicinais e minibosques. Realizadas visitas dos educadores à instituição de referência em jardim Multifuncional.

Roteiro de estudos e experimentos

Textos referentes à temática agroambiental, com a descrição de experimentos simples que auxiliam estudo de importantes questões, como a capacidade de infiltração da água no solo, além de outros assuntos publicados, como microrganismos importantes na agricultura e riscos de impactos de agroquímicos em organismos aquáticos, entre outros.

Dinâmicas de grupos

A percepção dos elementos do ambiente será facilitada na medida em que possamos nos entender como parte da natureza, interagindo com ela como indivíduos e também nos grupos sociais.

Segundo Huller (2010) os municípios devem agir nas seguintes frentes:

Criar comissão multi-setorial que será responsável pela implementação das ações de melhoria do desempenho ambiental;

Realizar, com a participação dos servidores, diagnóstico ambiental para identificar os aspectos ambientais mais relevantes da instituição;

Executar e fazer política nacional e as diretrizes fixadas para a preservação do meio ambiente;

Desenvolver projetos e ações de combate ao desperdício, minimização de impactos ambientais, diretos e indiretos, gerados pelas atividades administrativas, e a promoção da gestão ambiental com qualidade;

Elaborar plano de ações estratégicas, incluindo aspectos ambientais como a gestão de resíduos sólidos e perigosos gerados, a redução de consumo de energia e água, o reaproveitamento de materiais, o combate ao desperdício, entre outras medidas necessárias para a implementação;

Estabelecer ações de substituição de insumos e materiais que possam causar danos ou riscos à saúde do servidor, do entorno e ao meio ambiente;

Desenvolver a avaliação periódica da implementação das ações previstas, bem como a ampla divulgação dos resultados;

Promover ações educativas e de formação de educadores visando estimular a melhoria da qualidade do meio ambiente em todos os locais de trabalho; conscientizar servidores e funcionários sobre a importância de se preservar o meio ambiente; especificar, sempre que possível, o objeto na licitação com requisitos de qualidade ambiental; e despertar a responsabilidade do servidor público no que se refere ao uso correto dos bens e serviços da administração pública.

O Ministério de Meio Ambiente (2018) dedica atenção a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa como um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Essa educação indica

valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a conservação ecológica. O estímulo à formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade, requer responsabilidade individual e coletiva a nível local, nacional e global. Considera-se que a preparação para as mudanças necessárias depende da compreensão coletiva da natureza sistêmica das crises que ameaçam o futuro do planeta. Dentre as causas primárias de problemas como o aumento da pobreza, da degradação humana e ambiental e da violência pode ser identificado no modelo de civilização dominante, que se baseia em superprodução e super consumo para uns e subconsumo e falta de condições para produzir por parte da grande maioria são situações a serem analisadas. Considera-se também que são inerentes à crise, a erosão dos valores básicos e a alienação e a não-participação da quase totalidade dos indivíduos na construção de seu futuro. É fundamental que as comunidades planejem e implementem suas próprias alternativas às políticas vigentes dentre estas alternativas está a necessidade de abolição dos programas de desenvolvimento, ajustes e reformas econômicas que mantêm o atual modelo de crescimento com seus terríveis efeitos sobre o ambiente e a diversidade de espécies, incluindo a humana. Considera-se finalmente que a Educação Ambiental deve gerar com urgência mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida.

Carvalho (2005) faz uma análise do cenário brasileiro das questões ligadas a educação ambiental e seu estudo tem como objetivos apresentar uma sistematização das categorias comuns pesquisadas em cada rede, discutir se é possível, a partir consolidação dos dados recolhidos, comparar as características da educação ambiental para as regiões pesquisadas, e, finalmente, destacar desafios, limites e oportunidades que se evidenciam no desenvolvimento da educação ambiental. Ao analisar os dados destacados como tendências que são a natureza das instituições que oferecem atividades de educação ambiental, na sua maioria, instituições públicas e da sociedade civil e em menor escala, privadas e as instituições de educação ambiental e educadores/especialistas e pesquisadores concentram-se na região sudeste. Dessa forma, o predomínio das atividades de sensibilização/mobilização seguidas de capacitação em educação ambiental, o conceito de educação ambiental não apresenta uma compreensão consensual no

conjunto das redes, existem mais projetos que programas de educação ambiental, predominam cursos de curta duração na formação do educador ambiental.

Cervi (2018) analisa que o cenário de degradação ambiental é incontestável e carece de medidas urgentes para que a crise refletida nos mais diversos setores sociais possa ser revertida. Para que a mudança se processe é necessária a adoção de um conjunto de medidas, que incluem a mundialização das políticas, a eficiência social do Estado e o crescimento da participação comunitária. No que se refere à mundialização das políticas, menciona-se a urgência da evolução de uma era de conflitos para outra de cooperação. Nessa nova era, as medidas locais implementadas segundo a vocação de cada país demonstrarão que podem contribuir para o equilíbrio do ambiente global. Outro aspecto da mudança diz respeito ao fortalecimento do Estado enquanto instituição e sua eficiência na formulação de políticas ambiciosas e de incidência incisiva sobre o social, fornecendo serviços públicos elementares e de qualidade como saneamento, eletricidade, água potável e educação. Neste particular, a política social deve ser facilitada pela participação crescente dos Estados e Municípios, descentralizando as funções com responsabilidades e recursos para os níveis mais próximos da cidadania e distante das oligarquias que retêm a descentralização em favor de seus próprios interesses.

O processo deve ainda respeitar a participação comunitária, pois, uma intervenção ativa das comunidades locais cria condições propícias para que os objetivos básicos de descentralização sejam cumpridos. Além disso, a realidade exige a responsabilidade de todos os atores sociais: comunidades religiosas, sindicatos, universidades, associações, ONGs, todos capazes de trazer idéias, recursos humanos e financeiros. A perspectiva revela diversos atores com experiências diferentes e linguagens diversas. Outra questão relevante está relacionada à transparência. O cenário demonstra a generalização das práticas de corrupção e a sensação de impunidade diante das evidências. Além de implicar em um crime ético, considerado pela subtração de recursos das políticas e programas destinados aos setores desfavorecidos da sociedade, a corrupção apresenta elevados custos para as economias lesadas e intoleráveis consequências morais. Um Estado forte não pode permitir que seu projeto de gestão social seja contaminado pela corrupção devendo primar pela transparência. Portanto, as transformações pelas quais tem de passar o Estado para atender às exigências da

contemporaneidade são múltiplas e, também, se apresentam no tocante à gestão do ambiental. Um Estado forte e um Poder Executivo bem aparelhado são fundamentais para a aplicação da lei e o enfrentamento da impunidade, entretanto não bastam para reverter o atual quadro de uso predatório dos recursos naturais. Tão importante quanto reduzir o passivo ambiental deve ser promover o uso sustentável dos recursos naturais. É preciso garantir a sustentabilidade do desenvolvimento e a manutenção de um ambiente ecologicamente equilibrado, o que pode ser alcançado com a observação dos institutos constitucionais, tais como o estudo de impacto ambiental e seu respectivo relatório (CERVI, 2018).

Todos esses conteúdos mencionados evidenciam a importância do poder público e da sociedade unir esforços para realizarem ações que melhorem o cenário atual e garantam melhores condições para gerações futuras. Sendo assim, a realização de programas ambientais nos municípios é uma oportuna iniciativa nesse momento com vantagens para a natureza e para a sociedade.

4 ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE GARÇA/SP

4.1 FERRAMENTAS PARA OPERACIONALIZAR O PROCESSO

Conforme Rodrigues (2015) o processo de gestão ambiental municipal se inicia quando se promove com consciência, as modificações do ambiente de forma a readequá-lo às necessidades individuais ou coletivas. Toda intervenção precisa ser cuidadosamente planejada, visando sua correta aplicação. As metas para a expansão urbana deveriam levar em conta aspectos ambientais, culturais, turísticos, econômicos e sociais. O modelo de gestão que se pretende imprimir na condução das políticas públicas e diretrizes estratégicas do governo determina qual a real vocação que se pretende implantar na cidade. Assim, a regulamentação jurídica de uma normativa sobre um problema da vida prática que chama a atenção dos cidadãos e exige uma interferência do Estado, deve servir não apenas para coibir as condutas tidas como lesivas, impondo sanções, mas se pontuar, principalmente, para o aprimoramento do arcabouço legal existente, e sintonizar-se com a necessária sustentabilidade empresarial, social, urbanística e ambiental, já que é nas cidades e nas atividades urbanas que hoje se concentram a maior parte dos problemas. Os Municípios que detêm esta responsabilidade devem estabelecer

critérios prévios para a implantação dos novos empreendimentos, projetos, obras e atividades, dentro de sua área territorial, permitindo um desenvolvimento municipal sustentável, através de legislação específica. Contudo, constata-se que a sistemática legislativa municipal pode tornar os procedimentos cada vez mais burocráticos e demorados, criando lacunas indesejáveis nas diversas leis e decretos que se promulgam, uns antagônicos a outros, perdendo a eficácia necessária para compatibilização do desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental da cidade

Segundo Nunes; Philippi Jr. e Fernandes (2012) a implementação de uma política ambiental deve apresentar três elementos para que sua formulação seja exitosa:

- Objetivos claros;
- Instrumentos; e
- Agentes.

Hjort (2016) propõe um fluxo de ações aplicáveis no processo de gestão ambiental municipal conforme Figura 1.

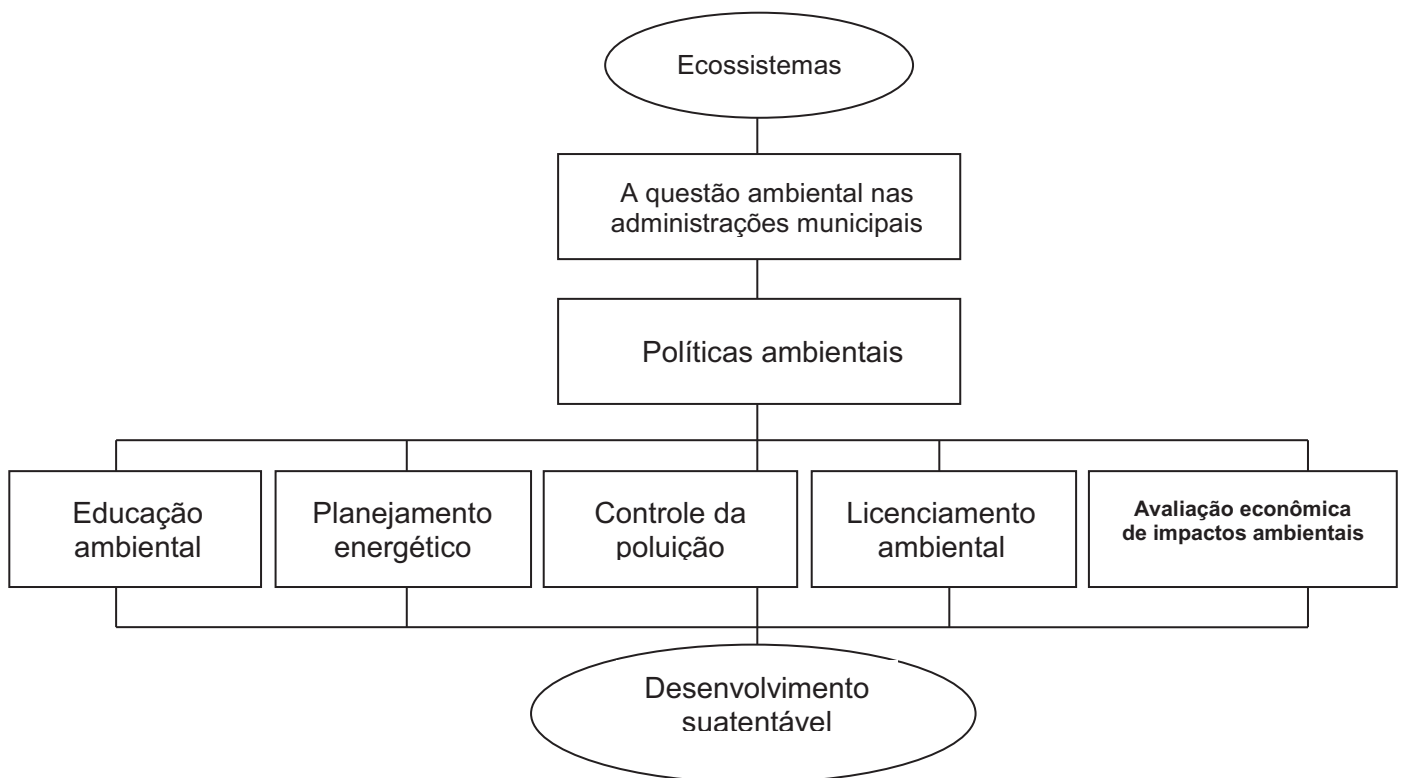


Figura 1 – Ações Gestão Ambiental Municipal
Fonte: Hjort (2016)

Para que o programa tenha um roteiro de ações eficientes que efetivamente produzam resultados, um modelo desse tipo pode ser implementado no município e dessa forma fazer com que o processo funcione e atinja os objetivos.

Costa; e Fleury (2015) apresenta um modelo setorizado de ações que podem ser utilizados de forma combinada com o programa de gestão da Figura 2.

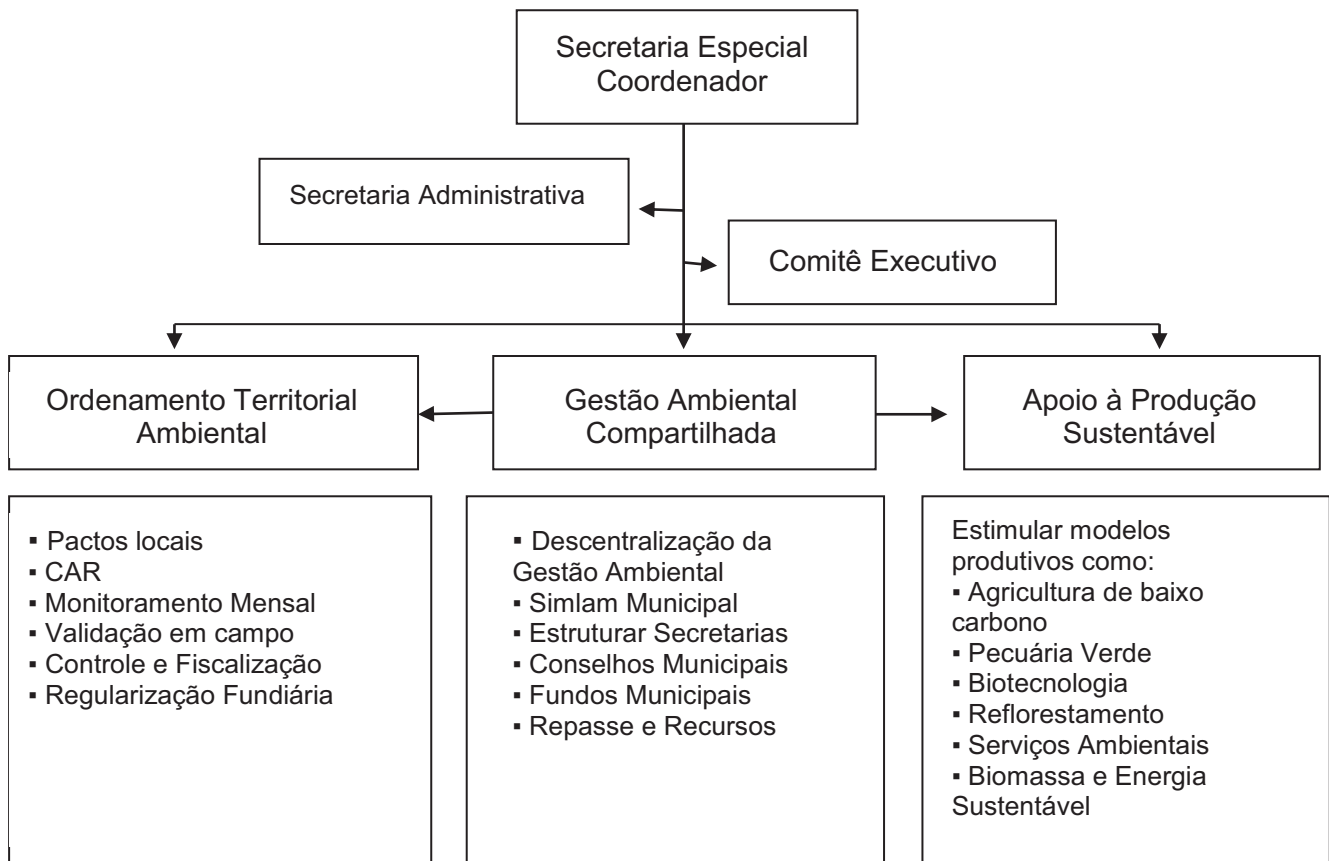


Figura 2 - Estrutura de Governança do Programa Municípios Verdes
Fonte: Costa e Fleury (2015)

4.2 O CASO DE GARÇA/SP

Com o objetivo de contextualizar os conteúdos até aqui mencionados, toma-se a cidade de Garça/SP como referência para um estudo aplicado da educação ambiental e do programa que atenda aos assuntos dessa temática.

Na Figura 3, o evento realizado no dia 6 de junho de 2018, o município de Garça/SP recebeu o reconhecimento de “Sala Verde” pelo Ministério de Meio Ambiente e dessa forma age efetivamente na implementação e execução desse programa.



Figura 3–Sala Verde
Fonte: Prefeitura de Garça (2018)

No Dia Mundial do Meio Ambiente Garça comemora-se a conquista de uma importante certificação, demonstrando que os trabalhos desenvolvidos no município estão de acordo com os programas e políticas nacionais de educação ambiental. O município agora é considerado “Sala Verde”, com pontuação máxima pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Essa conquista atesta a qualidade e o comprometimento dos trabalhos desenvolvidos pela Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no Centro de Educação Ambiental. O espaço físico destinado à educação ambiental é um dos critérios de pontuação e Garça possui um Centro de Educação Ambiental instalado dentro de um bosque e de um zoológico, porém, é preciso que o espaço também seja destinado para outras atividades, além da educação ambiental (PREFEITURA DE GARÇA, 2018).

Dentre as ações implementadas destacam-se:

- Hortas desenvolvidas nas escolas;
- Projeto “Horta em Casa” desenvolvido nas residências dos estudantes;
- Projeto de arborização da cidade, envolvendo a comunidade em atividades de plantio de árvores e de conscientização da importância da arborização urbana;
- PEV – Ponto de Entrega Voluntária. Atividade de conscientização da separação do lixo reciclável;
- Aulas de educação ambiental nas escolas e no Centro de Educação

Ambiental;

- Transformação da paisagem nas escolas com o plantio de mudas pelos estudantes;

Com isso o Programa de Educação Ambiental é a alma do Centro de Educação Ambiental de Garça e já faz parte das atividades normais das escolas. O objetivo é fazer das crianças, agentes transformadores que saibam levar informação para dentro de suas casas e transforme o espaço em que vivem (PREFEITURA DE GARÇA, 2018).

Os atendimentos são realizados para as crianças do 1º ao 5º ano da rede municipal. Onde são divididos em agendas, que são elas:

- 1º ano/Agenda Branca: conhecendo os elementos da natureza – o objetivo é tornar possível o contato com os elementos que são essenciais para a natureza e consequentemente para a vida harmonica entre o homem e a natureza, um dos princípios mais importantes para uma vida sustentável. Sendo que os alunos terão que buscar um determinado elemento. Assim, que todos o localizarem será aberta uma discussão sobre a função deste elemento na natureza.





Figura 4 – arquivo pessoal.

- 2º ano/Agenda Azul: seres vivos e seus ambientes no bosque – busca estabelecer a relação entre os seres vivos e os ambientes em que vivem, e a necessidade de preservação e conservação dos mesmos para o equilíbrio do meio ambiente e o papel do ser humano como causador de impactos. Os alunos recebem instruções para o preenchimento de uma planilha onde deverão observar os seres vivos. Para finalizar, há uma discussão do que foi observado.



Figura 5- arquivo pessoal.

- 3º ano/Agenda Verde: flora e fauna- conceituar grupos e posse responsável de animais, biodiversidade, cadeia alimentar, evolução e extinção, reprodução flor-semente-fruto, desmatamentos e queimadas, recuperação florestal, temperatura e umidade, ecossistemas, biomas e os impactos causados pelo homem nos ambientes naturais. Os alunos participam da trilha “Vamos passear no Bosque”, utilizando-se o ambiente da trilha para exemplificar os conceitos.

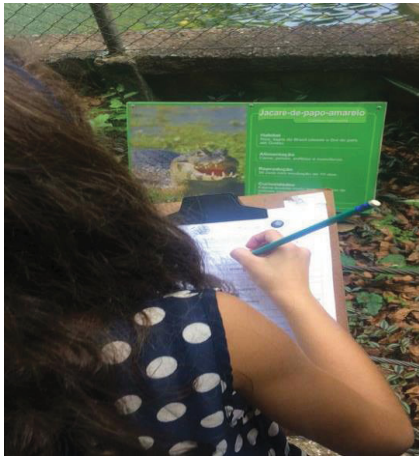


Figura 6 – arquivo pessoal.

- 4º ano/Agenda Amarela: poluição- abordar conceitos, causas e consequências do aquecimento global. Tipos de poluição, o que é e quem produz lixo. Consumo consciente, 3 Rs (Redução de consumo, reciclagem e reutilização de materiais), coleta seletiva e tempo de decomposição dos resíduos, aterro sanitário x lixão. O local está ambientado de forma a simular várias situações em que o homem transforma o ambiente natural para atender às suas necessidades e os problemas que advêm destas transformações. Os alunos são convidados a participar de duas dinâmicas, a primeira é a bancada da reciclagem e o segundo é o túnel da poluição, sendo a buscar soluções para melhorar o ambiente.



Foto 7 – arquivo pessoal.

- 5º ano/Agenda Marrom: maratona ambiental/parceria com Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal – FAEF- reuso de garrafa PET para produção de jardins verticais; importância dos animais; produção de composto orgânico; proteção dos animais silvestres. São realizadas atividades práticas para o encerramento do ciclo do Programa de Educação Ambiental.



Foto 8 – arquivo pessoal.

O caso realizado em Garça/SP evidencia um aspecto mencionado por Huller (2010) que diz os municípios devem “desenvolver projetos e ações de combate ao desperdício, minimização de impactos ambientais, diretos e indiretos, gerados pelas atividades administrativas, e a promoção da gestão ambiental com qualidade”. Um outro ponto para enfatizar é a ideia mencionada por Hammes (2018) que diz que “dinâmicas de grupos - a percepção dos elementos do ambiente será facilitada na medida em que possamos nos entender como parte da natureza, interagindo com

ela como indivíduos e também nos grupos sociais”, conforme evento integrando estudantes de escolas (Figura 3).

A diretriz do MEC (2007) que define “16 - a educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos” é atendida de forma clara no programa dessa cidade.

Rodrigues (2015) enfatiza que “o modelo de gestão que se pretende imprimir na condução das políticas públicas e diretrizes estratégicas do governo determinam qual a real vocação que se pretende implantar na cidade”, com isso, a cidade estudada nesse trabalho realizou esse ideal, tanto que obteve a certificação “sala verde” conferido pelo Ministério de Meio Ambiente (MMA).

Cervi (2018) afirma que “tão importante quanto reduzir o passivo ambiental deve ser promover o uso sustentável dos recursos naturais. É preciso garantir a sustentabilidade do desenvolvimento e a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado”. Observa-se que no município estudado existe essa preocupação demonstrada nas ações do poder público e nos programas implementados.

Macedo (2009) diz que “a educação ambiental não está vinculada à transmissão de conhecimentos sobre a natureza, mas sim à possibilidade de ampliação de participação política dos cidadãos”. Nesse caso, o evento onde uma simples árvore é plantada pode despertar nas crianças que assistiram um efeito mais positivo do que aquele propriamente transmitido através dos livros.

Todos os conteúdos mencionados nesse trabalho deixam evidente a importância da atenção a políticas ambientais que desenvolvam na sociedade o senso de responsabilidade e participação nas questões que determinam o presente e o futuro da sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil vem nas últimas décadas realizando um acelerado processo de degradação de seus recursos naturais, imensas áreas de floresta foram depredadas para dar lugar a campos para viabilizar projetos de agronegócios. A região centro-oeste do país é um exemplo claro dessa realidade e tornam-se necessárias ações orientadas para melhorar esse cenário nas próximas gerações.

Esse trabalho trouxe uma revisão de literatura que apresentou a legislação implementada pelo Governo para regular essas questões, a visão de alguns autores que realizaram estudos sobre assuntos diretamente relacionados, as iniciativas de órgãos do governo como o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Educação que têm projetos que podem ser realizados em âmbito municipal e produzir resultados significativos e estes resultados tem gerado resultados bons com o convívio dos alunos com a natureza.

A cidade de Garça/SP é tomada como exemplo por estar engajada nesse processo com a instituição do programa “Sala Verde” que garantiu com pontuação máxima pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA a participação em ações que pretendem preparar as próximas gerações para terem consciência da necessidade de zelar pelos recursos naturais do planeta.

Os profissionais desse setor podem fazer uma grande diferença propondo ações, participando de projetos e realizando pesquisas que evidenciem a importância do cuidado com o ambiente e da relevância de programas como o “Sala Verde” realizado nos municípios brasileiros.

Com relação aos objetivos propostos nesse estudo, “apresentar um estudo com base em revisão de literatura sobre as exigências do programa de educação ambiental em municípios brasileiros, tendo como estudo de caso, um projeto realizado na cidade de Garça/SP” foi realizado e apresentou uma relação entre legislação, visões de autores citados e iniciativa do poder público em tornar realidade todos esses conteúdos, como é o caso, do programa “sala verde” implementado na cidade estudada.

Esse trabalho pode subsidiar novos e mais aprofundados estudos sobre o tema e/ou assuntos diretamente relacionados, tendo em vista, que a temática é atual e é muito importante nesse momento da história da sociedade que se formem pessoas mais conscientes no que diz respeito a visão ambiental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 6.938** de 31 de agosto de 1981. Brasília, 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm> Acesso em 01jul.2018.

_____. **Lei 9.795** de 27 de abril de 1999. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9795.htm> Acesso em 01jul.2018.

_____. **Lei 9.985** de 18 de julho de 2000. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm> Acesso em 01jul.2018.

CARVALHO, I.C.M. **Discutindo a Educação Ambiental a partir do diagnóstico em quatro ecossistemas no Brasil**. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a11v31n2>> Acesso em 01jul.2018

CERVI, T.M.D. **O estudo de impacto ambiental**: A realidade entre a proteção jurídica do meio ambiente e o desenvolvimento. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5869> Acesso em 01jul.2018.

COSTA, J.M. FLEURY, M.F. **O Programa “Municípios Verdes”**: Estratégias de Revalorização do Espaço em Municípios Paranaenses. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v18n2/pt_1414-753X-asoc-18-02-00059.pdf> Acesso em 01jul.2018.

HAMMES, V.S. **Educação Ambiental**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agricultura_e_meio_ambiente/arvore/CONTAG01_30_299200692526.html> Acesso em 01jul.2018

HJORT, L.C. PUJARRA, S. MORETTO, Y. **Aspectos da gestão ambiental pública e privada**: Análise e Comparação. São Carlos, 2016. Disponível em: <www.revistacta.ufscar.br/index.php/revistacta/article/download/28/32> Acesso em 01jul.2018.

HULLER, A. **A Educação Ambiental em Órgãos Públicos Municipais através da Agenda Ambiental de Administração Pública como uma Nova Ferramenta de Gestão**. Rio Grande, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3522/2099>> Acesso em 01jul.2018

MACEDO, S.R.K. **Análise do Funcionamento de Programa de Educação Ambiental Implantado em uma Usina Siderúrgica em Cariacica (ES)**. Vila Velha, 2009. [Dissertação] Disponível em: <http://www.uvv.br/edital_doc/11.%20SILVIA%20REGINA%20KR%C3%9CGER%20MACEDO.pdf> Acesso em 01jul.2018.

MEC. **Educação Ambiental**: aprendizes de sustentabilidade. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao2.pdf>> Acesso em 01jul.2018.

MMA. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/trat_ea.pdf> Acesso em 01jul.2018.

NUNES, M.C. PHILIPPI JR., A. FERNANDES, V. **Gestão Ambiental Municipal: objetivos, instrumentos e agentes**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://abes-dn.org.br/publicacoes/rbciamb/PDFs/23-09_Materia_7_artigos309.pdf> Acesso em 01jul.2018.

PREFEITURA DE GARÇA/SP. **Projeto Político Pedagógico Sala Verde “Centro de Educação Ambiental”**. Garça, 2017. Disponível em: <<https://garca.sp.gov.br/>> Acesso em 01jul.2018

_____. **Sala Verde**. Garça, 2018. Disponível em: <<https://www.garca.sp.gov.br/noticia/1878/garca-e-reconhecida-como-sala-verde-pelo-ministerio-do-meio-ambiente/>> Acesso em 01jul.2018

RODRIGUES, M.A.G. **Estudo Ambiental e da Efetividade do Sistema de Licenciamento do Município de Caraguatatuba como Instrumento de Gestão**. Fernandópolis, 2015. Disponível em: <<http://universidadebrasil.edu.br/portal/wp-content/uploads/2016/11/Estudo-ambiental-e-da-efetividade-do-sistema-de-licenciamento-do-munic%C3%ADpio-de-Caraguatatuba-como-instrumento-de-gest%C3%A3o.pdf>> Acesso em 01jul.2018.